

SEXUALIDADE E GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA O DEBATE CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO**SEXUALITY AND GENDER: CONTRIBUTIONS OF PSYCHOANALYSIS TO THE BRAZILIAN CONTEMPORARY DEBATE****André Luís ZAVARIZE¹; Alice Andrade SILVA²**

1 Graduando em Psicologia pela Faculdade UNIMOGI – Brasil; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Centro Universitário da Fundação Hermínio Ometto (FHO); Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário da Fundação Hermínio Ometto (FHO).

E-mail: andreluiszavarize@gmail.com

2. Doutorado em Saúde Coletiva (UNICAMP), Mestre em Psicologia Institucional (UFES), Psicóloga e Psicanalista. Docente UNIMOGI.

E-mail: profaliceandrade@unimogi.edu.br

RESUMO

Este trabalho explora as contribuições da psicanálise freudiana para o debate contemporâneo sobre sexualidade e gênero no Brasil, analisando por que a diversidade sexual e de gênero é alvo de hostilidade e ódio no país. A partir de uma abordagem exploratória, baseada em uma revisão narrativa da literatura, foram selecionados 9 livros da biblioteca pessoal, 5 artigos das bases de dados PePsic, SciELO, BVS e Google Acadêmico, 2 documentos oficiais e 1 dissertação de mestrado. Além de Sigmund Freud, autores como Judith Butler e Michel Foucault também são considerados na análise das complexidades da sexualidade e do gênero. Os resultados destacam que a psicanálise oferece uma perspectiva para além das explicações biológicas, enfatizando a influência de fatores sociais, culturais e psíquicos na compreensão da sexualidade humana. Constatou-se que a repressão sexual imposta pela civilização causa mal-estar psíquico, intensificado pela LGBTQIAPN+fobia e pelo discurso de ódio contra a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil. Ressalta-se a necessidade de fomentar um debate crítico e esclarecedor sobre sexualidade e gênero no país, com a implementação de políticas públicas que garantam os direitos fundamentais de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero.

Palavras-chave: Sexualidade e Gênero; Psicanálise; Freud; Diversidade Sexual e de Gênero

ABSTRACT

This study explores the contributions of Freudian psychoanalysis to the contemporary debate on sexuality and gender in Brazil, analyzing why sexual and gender diversity is targeted by hostility and hatred in the country. Using an exploratory approach based on a narrative literature review, 9 books from a personal library, 5 articles selected from the PePsic, SciELO, BVS, and Google Scholar databases, 2 official documents, and 1 master's thesis were analyzed. In addition to Sigmund Freud, authors such as Judith Butler and Michel Foucault are also considered in the analysis of the complexities of sexuality and gender. The results highlight that psychoanalysis offers a perspective beyond biological explanations, emphasizing the influence of social, cultural, and psychological factors in understanding human sexuality. It was found that sexual repression imposed by civilization can cause psychological distress, intensified by LGBTQIAPN+phobia and the hate speech directed at the LGBTQIAPN+ community in Brazil. The need to foster a critical and enlightening debate on sexuality and gender in the country is highlighted, along with the implementation of public policies that guarantee the fundamental rights of all people, regardless of their sexual orientation, identity, or gender expression.

Keywords: Sexuality and Gender; Psychoanalysis; Freud; Sexual and Gender Diversity

Recebimento dos originais: 15/12/2024.

Aceitação para publicação: 20/01/2025.

INTRODUÇÃO

Sigmund Freud (1856-1939), em seu livro “O Mal-estar na Civilização”, de 1930, abordou a relação entre as pulsões e as exigências da sociedade. Ele afirma que “quando uma tendência instintual sucumbe à repressão, seus elementos libidinais se transformam em sintomas, seus componentes agressivos, em sentimento de culpa” (Freud, 1930/2010, p. 113).

Sob essa perspectiva, a repressão das pulsões que não se enquadram nos padrões sociais estabelecidos resulta em um mal-estar psíquico. Portanto, busca-se garantir que todas as pessoas se sintam seguras para expressar sua verdadeira identidade, livres de qualquer forma de retaliação, exclusão ou controle social (Colombaroli e Prado, 2020).

Nesse sentido, as ideias de Freud continuam atuais, oferecendo uma compreensão de como a repressão da diversidade sexual pela civilização leva ao mal-estar, destacando, assim, a importância da sexualidade na identidade humana. Freud não considera a sexualidade meramente como um instinto biológico voltado para a reprodução da espécie, mas direciona sua atenção para a pulsão sexual, que emerge de forma autoerótica no corpo e se dispersa em diversas zonas erógenas (Santos, Santos e Oliveira, 2021). Por meio disso, ele defende que a sexualidade transcende sua função reprodutiva, manifestando-se de maneira mais ampla e diversa, indo além de uma visão limitada presente nos debates contemporâneos sobre o tema.

Atualmente, as discussões sobre sexualidade e gênero estão permeadas pelo discurso de ódio contra a população LGBTQIAPN+¹. Esse fenômeno se refere a uma manifestação de desprezo ou intolerância direcionada a certos grupos, impulsionada por preconceitos associados à etnia, religião, gênero, deficiência física ou mental, orientação sexual, entre outros aspectos (Santos e Resende, 2022, apud Sarmento, 2006). A reprodução extrema da ideologia do heterossexismo resulta na exteriorização da homofobia através do discurso de ódio, o qual contribui para a criação de um ambiente ameaçador e intimidador para a comunidade LGBTQIAPN+ (Santos e Resende, 2022, apud Oliva, 2015).

Historicamente, os movimentos sociais LGBTQIAPN+ têm desempenhado um papel crucial na luta por direitos e reconhecimento. Desde os primeiros protestos nos anos 1960, como a Rebelião de Stonewall nos Estados Unidos, até a formação de grupos de apoio e ativismo no Brasil, como o Grupo Gay da Bahia, fundado em 1980, esses movimentos têm desafiado a violência, a discriminação e a marginalização (Silva e Medeiros, 2024). No Brasil, os anos 1990 e 2000 marcaram um período de crescente visibilidade e conquista de direitos, culminando na realização da primeira Parada do Orgulho LGBT em São Paulo em 1997, que se tornou uma das maiores do mundo (Gesser e Scotta, 2020). Além disso, a criação de redes e alianças entre organizações LGBTQIAPN+ e outros movimentos sociais têm fortalecido a luta conjunta por igualdade, justiça e inclusão, ampliando o alcance e o impacto das reivindicações dessa comunidade (Facchini, 2011).

A realização da 1ª Conferência Nacional GLBT do Brasil representou um marco fundamental na discussão e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania e dos direitos

¹ LGBTQIAPN+ é uma sigla que inclui pessoas que se reconhecem como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e mais (Instituto de Responsabilidade e Investimento Social - IRIS, 2023).

humanos da população GLBT (Agência Brasil, 2023). Realizada em um contexto de lançamento do programa Brasil Sem Homofobia pelo governo federal, a conferência buscou combater a violência e a discriminação (Brasil de Direitos, n.d.). Em 2025, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ visa dar continuidade a esse legado, focando na construção de uma política nacional inclusiva. Este processo contará com conferências locais, estaduais, distritais e livres, garantindo ampla participação social (Agência Brasil, 2023). Além disso, organizações da sociedade civil, como a TODXS, desempenham um papel crucial na promoção da inclusão e defesa dos direitos LGBTQIA+, enquanto plataformas como o Observatório de Projetos de Lei monitoram os projetos legislativos em tramitação (Brasil de Direitos, n.d.). Vale destacar a cartilha da Comissão LGBTQIA+ da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) como um recurso valioso para o aprofundamento no tema (Anamatra, n.d.).

O Brasil tem enfrentado um cenário marcado pelo aumento da intolerância e da violência contra a população LGBTQIAPN+. O Atlas da Violência de 2024 apresentou dados alarmantes de violência física e psicológica, com destaque para as mulheres trans e pessoas negras, que se encontram entre as mais vulneráveis a ataques e discriminação (Cerqueira e Bueno, 2024). Diante deste contexto, é imperativo fomentar um debate aprofundado sobre a diversidade sexual e de gênero, reconhecendo que esta diversidade constitui um direito fundamental inerente a cada indivíduo. Este reconhecimento foi um dos principais fundamentos que motivaram a realização deste estudo. De acordo com a Declaração dos Direitos Sexuais (1999, apud Furlani, 2011), os direitos sexuais constituem uma extensão dos direitos humanos universais, alicerçados na liberdade, dignidade e igualdade que são intrínsecas a todas as pessoas. Desse modo, respeitar as diversas formas de ser e estar no mundo é essencial para garantir os direitos das minorias e dos grupos marginalizados.

O objetivo deste trabalho é explorar as contribuições da psicanálise freudiana para este debate, buscando analisar como suas teorias podem elucidar as complexidades da sexualidade e do gênero na contemporaneidade brasileira. Assim, pretende-se promover conhecimento e pensamento crítico com o intuito de superar visões simplistas e preconceituosas do senso comum em relação à sexualidade humana e às questões que permeiam o debate sobre a diversidade sexual e de gênero. Além disso, busca-se compreender as motivações latentes da LGBTQIAPN+fobia² e do discurso de ódio direcionado às pessoas LGBTQIAPN+, contribuindo dessa forma para discussões acadêmicas e sociais e para a criação e o aprimoramento de políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos humanos. Em suma, por meio deste trabalho, almeja-se responder à seguinte indagação: Por que a diversidade sexual e de gênero é alvo de hostilidade e ódio no Brasil?

Entende-se por sexualidade não apenas a expressão física de desejos sexuais, mas também um conjunto de pulsões que se manifestam desde os estágios iniciais do desenvolvimento infantil até a vida adulta, indo além da atividade sexual propriamente dita (Freud, 1930/2010). Por sua vez, gênero é uma construção social que não se define diretamente pelas características biológicas, mas

² LGBTQIAPN+fobia compreende todas as formas de violência ou desprezo direcionada a pessoas com base em sua orientação e/ou identidade de gênero (Instituto de Responsabilidade e Investimento Social - IRIS, 2023).

sim pela maneira como as pessoas se relacionam com as normas e expectativas culturais (Butler, 2015).

É importante considerar como a abordagem de Freud sobre a sexualidade, incluindo aspectos relacionados ao gênero, fez com que a psicanálise se ancorasse em um campo teórico interdisciplinar. Ao eleger a sexualidade como ponto de partida, Freud estabeleceu as bases para uma análise que transcende as fronteiras disciplinares e culturais, conforme destacado por Torrecillas Sartori e Mantovani (2016, p. 171), onde afirmam que “a instância gênero permeia, senão todos, significativa amostra dos sistemas socioculturais ao longo da história”. Para os autores, “estudar gênero é, no fim das contas, estudar a cultura e a sociedade” (Torrecillas Sartori e Mantovani, 2016, p. 171), o que evidencia a profundidade da influência das ideias de Freud.

Discutir questões relacionadas à sexualidade e ao gênero na atualidade representa um desafio significativo, especialmente considerando o retorno do conservadorismo, bem como a ascensão de ideologias de direita e extrema direita no país (Gomes Ferreira, 2016). Nesse contexto, o presente trabalho se torna particularmente relevante, pois oferece uma análise crítica acerca da sexualidade e do gênero, contribuindo para o debate contemporâneo no Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, baseada em uma revisão narrativa de literatura. O objetivo dessa revisão é mapear o conhecimento existente em uma determinada área, permitindo uma exploração sem critérios sistemáticos (Andrade, 2021, *apud* Cordeiro *et al.*, 2007; Rother, 2007; Soares *et al.*, 2013). Em outras palavras, essa abordagem possibilita uma exploração ampla das ideias e perspectivas presentes na literatura sobre como a psicanálise freudiana pode contribuir para o debate sobre sexualidade e gênero na contemporaneidade brasileira.

A Figura 1 sintetiza o fluxo metodológico desenvolvido para a construção da temática. Entre outubro de 2023 e abril de 2024, foram utilizadas as seguintes estratégias de busca nas bases PePsic, SciELO, BVS e Google Acadêmico: “psicanálise, sexualidade e gênero”, “psicanálise e diversidade sexual”, “Butler e gênero”, “Foucault e sexualidade”, “violência e discurso de ódio contra a população LGBTQIAPN+”, “bolsonarismo”, “Freud e mecanismos de defesa”, “psicologia das massas”, entre outras. Os critérios de inclusão consideraram textos que abordam discussões relacionadas à sexualidade e ao gênero, incluindo o impacto do contexto sociocultural e político sobre essas questões. Essas estratégias permitiram a identificação das referências utilizadas, incluindo 9 livros da biblioteca pessoal, 5 artigos, 2 documentos oficiais e 1 dissertação de mestrado, publicados em português entre os anos de 1996 e 2024. Os artigos e a dissertação de mestrado foram encontrados nas bases de dados, enquanto os documentos oficiais foram encontrados por meio de pesquisa direta fora das bases acadêmicas, utilizando fontes de acesso público. Os livros da biblioteca pessoal foram selecionados com base nas referências obtidas durante as pesquisas. Este processo resultou na seleção final de 17 documentos, que foram analisados na íntegra para a elaboração deste trabalho.

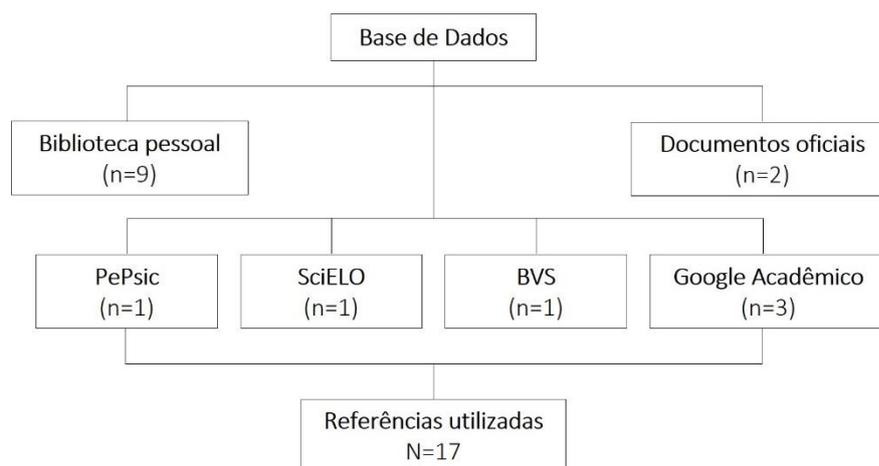


Figura 1. Fluxograma do processo de seleção de literatura para revisão narrativa

Fonte: Elaboração própria.

Para análise dos dados, os documentos selecionados foram organizados por autores, tipo de manuscrito e objetivo. Essas informações foram compiladas no Quadro 1, como consta abaixo:

Quadro 1. Síntese dos documentos selecionados para análise na íntegra

Autores	Tipo	Objetivo
Bock, Furtado e Teixeira (2018)	Livro	Retratar a violência no Brasil com base em dados de homicídios e outros tipos de violência, analisados sob diversas perspectivas, como gênero, classe, raça e faixa etária.
Butler (2015)	Livro	Analisar como o gênero é construído socialmente e performativamente, desafiando as concepções tradicionais de identidade de gênero.
Cerqueira e Bueno (2024)	Documento oficial	Apresentar violência no Brasil, com base em dados de homicídios e outros tipos de violência, analisados sob as perspectivas de gênero, raça, classe social e faixa etária.
Collins e Bilge (2020)	Livro	Explorar como diferentes formas de opressão e identidade (como raça, gênero, classe e sexualidade) se atravessam e se sobrepõem, afetando a experiência social e as estruturas de poder.
De Lima (2018)	Artigo	Discutir os elementos que fazem parte dos conceitos de sexo, gênero e sexualidade, com foco na teoria e no método psicanalítico.
Foucault (2022)	Livro	Analisar como a sexualidade foi tratada e regulamentada historicamente pelas instituições sociais e políticas.
Freud (1898/1996)	Livro	Investigar como a sexualidade influencia o desenvolvimento de neuroses e como essa questão é fundamental para a teoria psicanalítica.
Freud (1930/2010)	Livro	Analisar o conflito entre as pulsões e as demandas da sociedade, mostrando como as restrições sociais afetam o bem-estar psíquico e contribuem para o mal-estar na civilização.
Freud (1920/2011)	Livro	Explorar o comportamento das massas, investigando como os indivíduos se relacionam com as estruturas sociais e como o eu é influenciado pelos mecanismos psíquicos.
Gomes Ferreira	Artigo	Analisar o impacto da retomada do conservadorismo moral e político e o

(2016)		avanço das ideologias de direita e extrema direita no Brasil sobre o debate de diversidade sexual e de gênero.
Gomes (2021)	Artigo	Analisar como os fenômenos do discurso de ódio se manifestam sob a perspectiva da psicanálise, assim como seu manejo no contexto clínico.
Guimarães (2016)	Dissertação de mestrado	Estudar a análise genealógica de Michel Foucault sobre o discurso da sexualidade, com ênfase no discurso freudiano, apresentando a teoria sexual desenvolvida por Sigmund Freud por meio de uma leitura interna desse discurso.
Laplanche e Pontalis (2001)	Livro	Esclarecer e sistematizar a terminologia psicanalítica, facilitando a compreensão e a comunicação sobre os conceitos fundamentais da teoria e prática da psicanálise.
Natal e Hernández (2023)	Documento oficial	Analisar como se desenvolveu a discussão sobre a diversidade LGBTQIA+ nos últimos quatro anos em 12 países, com foco na evolução do discurso de ódio contra o coletivo e na forma como o discurso de apoio ao grupo se manifesta.
Roudinesco (2000)	Livro	Explorar a relevância da psicanálise no contexto atual, examinando suas origens, impacto e contribuições para a sociedade, especialmente em contraste com as visões reducionistas.
Santos e Ceccarelli (2023)	Artigo	Mostrar que algumas das teses freudianas, especialmente as que estão presentes em “Moral Sexual ‘civilizada’ e Doença Nervosa Moderna” (1908), confrontam diretamente com alguns ideais da cultura ocidental.
Silva Júnior e Fargoni (2020)	Artigo	Compreender e debater as causas e mudanças no Brasil que favoreceram a eleição de Bolsonaro em 2018 e definir as características do Bolsonarismo.

Fonte: Elaboração própria.

Em seguida, os manuscritos foram discutidos de acordo com eixos pré-definidos, os quais serão apresentados na seção dos resultados, a saber: a) Sexualidade e gênero; b) Discurso de ódio; c) Psicologia das Massas; e d) Mecanismos de Defesa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Freud descobriu que muitos dos pensamentos e desejos reprimidos estavam ligados a conflitos sexuais que surgem nos primeiros anos de vida, evidenciando como as experiências infantis podem deixar marcas profundas na vida adulta. Suas descobertas colocaram a sexualidade no centro da vida psíquica, e foi introduzido o conceito de sexualidade infantil. Dessa forma, Freud revolucionou a compreensão da mente humana, desafiando as visões conservadoras da época (Bock, Furtado e Teixeira, 2018).

No campo da psicanálise, a compreensão da sexualidade e do gênero vai além das explicações biológicas e se enraíza em aspectos sociais, culturais e psíquicos. Desse modo, a psicanálise não apenas contribui para a elucidação das dinâmicas subjetivas dos indivíduos, mas também é subversiva, proporcionando uma crítica às tentativas de reduzir a mente humana a meros processos biológicos ou químicos. Nesse contexto, Roudinesco (2000) argumenta sobre a importância da psicanálise na preservação da liberdade humana e na luta contra as tendências obscurantistas e reducionistas:

A psicanálise atesta um avanço da civilização sobre a barbárie. Ela restaura a ideia de que o homem é livre por sua fala e de que seu destino não se restringe a seu ser biológico. Por isso, no futuro, ela deverá conservar integralmente o seu lugar, ao

lado das outras ciências, para lutar contra as pretensões obscurantistas que almejam reduzir o pensamento a um neurônio ou confundir o desejo com uma secreção química (Roudinesco, 2000, p. 9).

Ressalta-se que a psicanálise de Freud “[...] trouxe contribuições importantíssimas que abalaram a estrutura moral vigente de sua época com a afirmação de que os impulsos e desejos desconhecem barreiras para sua satisfação” (Ceccarelli, 2000, *apud* Ceccarelli; Santos, 2010, p. 26). O lançamento de seu livro “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”, em 1905, revelou que práticas sexuais consideradas perversões e aberrações pela sociedade da época eram, na verdade, universais e também presentes na infância. Esse posicionamento fez com que Freud fosse visto como uma pessoa imoral, obscena e impopular. Nesta obra, Freud subverteu a moral vigente ao apontar como a biologia, a religião e o senso comum estavam equivocadas em relação à sexualidade humana, oferecendo, a partir da visão da pulsão sexual – “diversificada, anárquica, plural e parcial” – uma nova perspectiva sobre o sujeito, da qual a sexualidade é essencialmente parte de sua constituição, não podendo ser separada (Ceccarelli, 2000, *apud* Ceccarelli; Santos, 2010, p. 26).

A sexualidade é um conceito complexo, cujos limites são difíceis de definir, abrangendo não apenas o sexo e a atividade sexual, mas também outros aspectos. Freud utiliza a ideia de libido para descrever uma energia sexual vital, que envolve a capacidade criativa e o desejo, e a distingue da experiência genital. Desde os primeiros estágios do desenvolvimento, a criança experimenta a gratificação ao receber atenção para suas necessidades básicas. Nesse processo, diferentes partes do corpo são investidas com energia e excitação, o que contribui para o surgimento da sexualidade infantil. Ademais, o prazer associado a essas sensações não se limita à satisfação física, uma vez que as diferentes partes do corpo se tornam fonte e objeto de fantasias e de expressão de desejo (De Lima, 2018).

Em relação ao gênero, Butler (2015) afirma que, se o gênero se apropria dos

[...] significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos (Butler, 2015, p. 26).

Em outras palavras, há uma distinção entre os conceitos de sexo e gênero: enquanto o sexo refere-se ao corpo biológico, o gênero é construído através de normas e expectativas culturais. Ainda sob o ponto de vista da autora:

O gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2015, p. 20).

Isso implica que o gênero não pode ser compreendido de maneira isolada, já que está sempre ligado às questões políticas e culturais que o produzem e o sustentam.

Para Laplanche (2006, *apud* De Lima, 2018), o conceito de gênero, embora não sendo explicitamente mencionado por Freud devido à falta de um termo correspondente na língua alemã, pode ser compreendido de forma subjacente em suas obras. O autor expande a compreensão de gênero ao defini-lo como uma convicção individual de pertencer a um dos dois grupos sociais – masculino ou feminino. Ele enfatiza que, embora subjetivo, o gênero é uma construção social, influenciado pela interação dos adultos significativos na vida da criança, que comunicam, tanto consciente quanto inconscientemente, suas expectativas e concepções acerca do gênero da criança. Esse processo, que se desenvolve até os dois anos de idade, precede a percepção das diferenças sexuais anatômicas, levando a criança a se identificar como homem ou mulher dentro de um determinado grupo. Destaca-se, portanto, que o gênero não é natural e nem determinado biologicamente. Em relação à binariedade de gênero, Butler (2015, p. 26) afirma que “não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois”, indicando que o conceito de gênero é fluido e não está limitado ao sexo, desafiando sua classificação binária.

No que diz respeito à sexualidade, Freud afirma que “a cultura se comporta como uma tribo ou uma camada da população que submeteu uma outra à sua exploração. O medo de uma revolta dos oprimidos leva a rigorosas medidas de precaução” (Freud, 1930/2010, p. 68). Nesse sentido, ele aponta como a civilização impõe restrições sobre a sexualidade, tratando-a como algo que precisa ser controlado.

A teoria freudiana afirma que as exigências morais relacionadas à sexualidade, como a ideia de que a prática sexual deve ser restrita apenas à reprodução, não correspondem ao que cada pessoa tem como desejo. Essa divergência entre os padrões comportamentais impostos pela sociedade e os desejos individuais gera um conflito psíquico, que pode levar ao desenvolvimento de um estado de neurose. Freud argumenta que as normas morais sexuais não consideram a diversidade das pulsões presentes em cada indivíduo (Guimarães, 2016).

Ao analisar a história da sexualidade, Foucault observa que a ideia de repressão foi fortemente marcada no discurso teórico das publicações científicas sobre sexualidade no século XIX. “Essa noção representaria o estado generalizado de repressão social à sexualidade, não apenas às práticas sexuais, mas também a qualquer menção ou teorização sobre o tema do sexo” (Guimarães, 2016, p. 13). Sob essa perspectiva, a repressão refletiria uma censura extremamente rígida em relação às questões sexuais, o que geraria consequências tanto individuais, como disfunções psicosssexuais, quanto coletivas, como a limitação do conhecimento compartilhado sobre o sexo (Guimarães, 2016).

Segundo Foucault (2022):

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções (Foucault, 2022, p. 7-8).

Considerar a dinâmica entre a civilização e a sexualidade humana é essencial para compreender como a repressão social impacta os grupos que não se enquadram nas normas hegemônicas da sociedade, resultando, até mesmo, em violência.

A realidade enfrentada pelas pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil evidencia a urgência de combater a LGBTQIAPN+fobia. O Atlas da Violência publicado este ano revelou que o número de agressões físicas e psicológicas contra essa população aumentou 39,4% em um ano, passando de 5.759 casos em 2021 para 8.028 em 2022, com uma média de 22 vítimas por dia, o que equivale a quase uma pessoa por hora. Mulheres trans e pessoas negras enfrentam a violência de maneira intensificada dentro dessa comunidade, evidenciando a interseccionalidade³ entre as diferentes formas de opressão a que estão sujeitas. Em 2022, 55,6% das vítimas eram negras, e 66,3% eram mulheres trans. A hostilidade geralmente parte de homens, responsáveis por 70,9% dos casos. A violência afeta, sobretudo, os jovens: 63,7% das vítimas homossexuais estão na faixa etária de 15 a 34 anos, e entre as pessoas bissexuais agredidas, 65,2% têm entre 15 e 29 anos (Cerqueira e Bueno, 2024). Essas estatísticas ganham ainda mais relevância diante do fato de que o Brasil é o país que mais propaga discursos de ódio nas redes sociais direcionados a essa comunidade (Natal e Hernández, 2023). Os dados apresentados ressaltam a necessidade urgente de políticas públicas e ações eficazes que assegurem a proteção dos direitos e garantam a segurança e a dignidade dessa população.

Diante deste cenário de intolerância, Gomes (2021) ressalta que a manutenção do ódio é sustentada por meio de pactos coletivos que defendem a supremacia de um grupo sobre o outro:

O ódio se perpetua como mediador dos pactos formados no tecido social a partir de identificações narcísicas, remetendo ao que há de mais primário no aparelho psíquico, o que explica a persistência do discurso de ódio ao longo da história – que requer tanto um excesso de identificação com semelhantes quanto um excesso de estranhamento das diferenças. Por intermédio desses pactos, os grupos se unem para pregar ou efetivar a exterminação de outros que, em sua fantasia, ameacem sua existência e integridade (Gomes, 2021, p. 475-476).

Em “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, de 1921, Freud afirma que “quando o indivíduo se encontra em uma massa, sua personalidade consciente desaparece, seus sentimentos e ideias são orientados pela massa, e ele passa a agir de maneira mais primitiva e emocional” (Freud, 1921/2011, p. 22). Isso significa que, ao fazer parte de uma massa, o sujeito perde sua individualidade e autonomia, sendo levado a adotar as crenças e comportamentos prevalentes no coletivo. No entanto, “[...] se o indivíduo abandona sua peculiaridade na massa e permite que os outros o sugestionem, que ele o faz porque existe nele uma necessidade de estar de acordo e não em oposição a eles, talvez, então, ‘por amor a eles’” (Freud, 1921/2011, p. 34). Portanto, o sujeito participa da massa porque se identifica com seus ideais e objetivos, o que implica uma responsabilidade pelas ações adotadas dentro desse contexto.

De acordo com Freud (1921/2011, p. 18), “a massa é extraordinariamente influenciável e crédula, é acrítica, o improvável não existe para ela”. O autor continua:

³ A interseccionalidade reconhece as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras, como interconectadas e mutuamente influenciadas (Collins; Bilge, 2021).

Como a massa não tem dúvidas quanto ao que é verdadeiro ou falso, e tem consciência da sua enorme força, ela é, ao mesmo tempo, intolerante e crente na autoridade. Ela respeita a força, e deixa-se influenciar apenas moderadamente pela bondade, que para ela é uma espécie de fraqueza. O que ela exige de seus heróis é fortaleza, até mesmo violência. Quer ser dominada e oprimida, quer temer os seus senhores. No fundo inteiramente conservadora, tem profunda aversão a todos os progressos e inovações, e ilimitada reverência pela tradição (Freud, 1921/2011, p. 19).

Nesse sentido, Freud (1921/2011) aborda o papel do líder na formação da massa, destacando que “o líder da massa continua a ser o temido pai primordial, a massa quer ainda ser dominada com força irrestrita, tem ânsia extrema de autoridade, ou, nas palavras de Le Bon, sede de submissão” (Freud, 1921/2011, p. 71). Assim, o comportamento da massa contribui para a propagação do discurso de ódio direcionado à população LGBTQIAPN+, uma vez que a massa, além de seguir o líder de forma acrítica e influenciável, é intolerante e profundamente conservadora. Essa dinâmica das massas, analisada por Freud, assume um importante fator de impacto no direcionamento das diretrizes políticas dos governos que atuam na gestão pública, pois organizam e aprovam as políticas de enfrentamento dessa importante temática e questão social e cultural (Freud, 1921/2011).

No Brasil, durante os quatro anos de gestão do Partido Social Liberal (PSL) de 2018 a 2019 e, posteriormente, do Partido Liberal (PL) de 2021 a 2022, tornou-se evidente no cenário político brasileiro a ascensão das ideologias desses partidos e das diretrizes de mídia, que assumiram uma posição clara em relação à diversidade sexual e de gênero (Agência Brasil, 2023). A maneira como o presidente, durante sua gestão, abordou o tema em seus discursos impactou significativamente a clareza das demandas da causa, promovendo um pensamento coletivo que dividiu a opinião pública e ampliou o efeito de perseguição (Brasil de Direitos, n.d.). Esse fenômeno se assemelha bastante ao do fascismo do século XX, permeando a mente das massas não organizadas e se tornando “imperativo nas multidões heterogêneas com o objetivo de sedimentar uma narrativa cujos valores são argumentos clássicos: disciplina, valores familiares e religiosos, enquanto age com base no negacionismo, militarismo e anti-intelectualismo” (Silva Júnior e Fargoni, 2020, p. 2-3).

Gomes Ferreira (2016) observa que o Brasil tem experimentado uma retomada do conservadorismo moral e político, acompanhada pelo crescimento das ideologias de direita e extrema direita. Ele destaca que a diversidade sexual e de gênero se tornou um dos principais alvos do discurso conservador. Analisar esses efeitos e seus impactos é fundamental para adotar um posicionamento político de enfrentamento e resistência, promovendo o avanço de discussões e ações articuladas coletivamente para seu enfrentamento.

Para compreender as motivações latentes da LGBTQIAPN+fobia e do discurso de ódio, é necessário recorrer ao conceito de projeção, um mecanismo inconsciente de defesa do ego. Segundo Laplanche e Pontalis (2001, p. 375), na projeção “o sujeito atribui a outros as tendências, os desejos, etc., que desconhece em si mesmo [...]. Ou seja, uma pessoa transfóbica, que sente – inconscientemente – culpa e vergonha pelos seus próprios desejos, projeta esses sentimentos nas pessoas trans, atribuindo a elas aspectos sobre si mesma que se nega a aceitar. Ainda de acordo com os autores, “a projeção aparece sempre como uma defesa, como a atribuição ao outro – pessoa ou

coisa – de qualidades, de sentimentos, de desejos que o sujeito recusa ou desconhece em si” (Laplanche e Pontalis, 2001, p. 376). Por exemplo, um indivíduo que internalizou a ideia de que ser homossexual é moralmente errado projeta esse julgamento nas pessoas homossexuais, associando a homossexualidade a comportamentos imorais, quando, na verdade, ele sente atração por pessoas do mesmo sexo, mas não se aceita. Isto é, “trata-se sempre de rejeitar para fora o que se recusa reconhecer em si ou o que se recusa ser” (Laplanche e Pontalis, 2001, p. 379).

Além da projeção, a formação reativa é outro mecanismo inconsciente de defesa do ego que oferece uma explicação para a intolerância direcionada à comunidade LGBTQIAPN+. Na formação reativa, “o ego procura afastar o desejo que vai em determinada direção, e, para isso, o sujeito adota uma atitude oposta a esse desejo” (Bock; Furtado; Teixeira, 2018, p. 44). Assim, o sujeito que sente atração por pessoas do mesmo sexo exibe uma postura extremamente homofóbica em relação a pessoas homossexuais. Para Laplanche e Pontalis (2001, p. 200), a formação reativa é uma “atitude ou hábito psicológico de sentido oposto a um desejo recalcado e constituído em reação contra ele”. Ou seja, ao adotar uma atitude agressivamente oposta, o indivíduo não apenas mascara esse desejo, mas também se opõe àquilo que ele teme ser. Desse modo, o comportamento manifesto oculta o desejo do próprio sujeito, protegendo-o de uma revelação angustiante sobre si mesmo (Bock, Furtado e Teixeira, 2018). Por exemplo, um sujeito que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer exibe comportamentos hostis em relação às pessoas trans. Isso ocorre porque pessoas trans vivem o desejo que o indivíduo também possui, e a postura agressiva surge como uma tentativa de reprimir esse desejo, manifestando uma atitude contrária ao que o sujeito realmente sente.

Esses mecanismos inconscientes de defesa explicam – pela via da psicanálise – os comportamentos de hostilidade e ódio direcionados a pessoas LGBTQIAPN+, que são uma forma de evitar o confronto com as próprias pulsões, mantendo o ego protegido da angústia de reconhecer e aceitar desejos considerados socialmente inaceitáveis. No entanto, a repressão dessas pulsões resulta em culpa, pois o sujeito, ao internalizar as normas morais, sente-se culpado por desejar algo que é condenado pela sociedade (Freud, 1930/2010).

Como observado por Freud (1898/1996, p. 267), “há trabalho suficiente para se fazer nos próximos cem anos – nos quais nossa civilização terá de aprender a conviver com as reivindicações de nossa sexualidade”. Isso aponta que a sociedade precisa lidar com a sexualidade humana em toda a sua pluralidade. Portanto, já que a diversidade sexual e de gênero é uma realidade, o verdadeiro desafio está em compreender e respeitar as diversas formas individuais de ser, existir e se relacionar com o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao explorar as contribuições da psicanálise para o debate sobre sexualidade e gênero, este artigo promove o pensamento crítico, essencial para o enfrentamento de visões simplistas e preconceituosas acerca da diversidade sexual e de gênero no Brasil. Nesse contexto, a obra de Freud continua relevante, mesmo décadas após sua publicação, ao evidenciar a sexualidade como um componente intrínseco da experiência humana, superando abordagens meramente biologicistas. Freud oferece uma perspectiva sobre a interação entre as pulsões e as demandas da sociedade, possibilitando compreender os mecanismos da repressão e seus efeitos na psique humana.

Esta análise é reforçada pelos estudos de Foucault, que mostram que a repressão sexual, imposta pela civilização, não apenas contribui para o mal-estar em níveis individuais e sociais, mas também perpetua uma estrutura social que silencia e restringe a expressão sexual fora dos padrões estabelecidos, limitando o conhecimento sobre a sexualidade humana.

Com Butler, as discussões de gênero avançaram no sentido de uma compreensão mais ampla das identidades de gênero, sempre singulares e influenciadas pela interseccionalidade. Questões como raça, etnia, classe econômica, status social, entre outros fatores socioculturais, atravessam o processo de construção das sexualidades e das identidades e expressões de gênero. Essa perspectiva ampliada permite entender que as identidades de gênero são construídas dentro de contextos políticos e culturais.

Considerando o cenário sociocultural e político, o Brasil enfrenta desafios significativos para garantir o respeito à diversidade sexual e de gênero. Como discutido neste trabalho, a ascensão de lideranças políticas conservadoras e suas ideologias de direita e extrema direita intensificou esses desafios, gerando tensões e contribuindo para uma sociedade que marginaliza e ameaça grupos considerados fora dos padrões sociais dominantes.

Nesse sentido, reconhecer a complexidade dos conceitos de sexualidade e gênero é imprescindível para superar os reducionismos presentes no debate contemporâneo brasileiro – especialmente em relação à diversidade – uma vez que ambos envolvem dimensões sociais, culturais, psíquicas e biológicas. Além disso, é fundamental compreender como as massas contribuem para a formação de atitudes de hostilidade e ódio – que são intrinsecamente atravessadas por motivações inconscientes – o que potencializa a LGBTQIAPN+fobia e o discurso de ódio contra a população LGBTQIAPN+. Do mesmo modo, os mecanismos de defesa, como a projeção e a formação reativa, desempenham um papel determinante, podendo – a partir de desejos inconscientes – causar violência física e psicológica contra as pessoas cuja sexualidade e gênero não se enquadram nas normas sociais hegemônicas.

A "Cartilha de Direitos da Comunidade LGBTQIAPN+", elaborada pela Comissão LGBTQIA+ da Anamatra, surge como uma ferramenta essencial tanto para pesquisas acadêmicas quanto para ações formativas. Este recurso oferece uma visão abrangente dos direitos e das proteções legais da comunidade LGBTQIAPN+, proporcionando uma base sólida para a construção de conhecimento e para a promoção da conscientização sobre as questões que afetam essa população. A cartilha aborda desde aspectos históricos até as legislações atuais, servindo como um guia prático para educadores, ativistas e pesquisadores interessados em aprofundar suas compreensões e desenvolver estratégias de enfrentamento às diversas formas de discriminação e exclusão sociais enfrentadas pelas pessoas LGBTQIAPN+ (Anamatra, n.d.). A referência completa para o acesso ao documento é essencial para a validação e aprofundamento dos estudos no campo.

Diante do que foi apresentado, ressalta-se a necessidade de fomentar um debate crítico e esclarecedor sobre sexualidade e gênero no Brasil, com a implementação de políticas públicas que garantam os direitos fundamentais de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Conferência Nacional discutirá políticas para LGBTQIA+ em 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/conferencia-nacional-discutira-politicas-para-lgbtqia-em-2025>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- ANAMATRA. Comissão LGBTQIA+. Cartilha de Direitos da Comunidade LGBTQIAPN+: entendendo a diversidade e contribuindo para assegurar os direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Disponível em: https://www.anamatra.org.br/images/LGBTQIA/CARTILHAS/Cartilha_Comiss%C3%A3o_LGBTQIAPN.pdf. Acesso em: 03 dez. 2024.
- ANDRADE, M. C. R. O papel das revisões de literatura na produção e síntese do conhecimento científico em psicologia. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, Belo Horizonte, v. 14, n. spe, p. 1-5, dez. 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000300001. Acesso em: 9 jan. 2024.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- BRASIL DE DIREITOS. A história do movimento LGBTQIA+ brasileiro em 3 conquistas segundo ativistas. Disponível em: <https://www.brasilledireitos.org.br/atualidades/a-historia-do-movimento-lgbtqia-brasileiro-em-3-conquistas-segundo-ativistas/>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- BRASIL DE DIREITOS. Brasil registrou 1.012 projetos de lei sobre LGBTQIA+ em 5 anos; maioria é favorável. Disponível em: <https://www.brasilledireitos.org.br/atualidades/brasil-registrou-1-012-projetos-de-lei-sobre-lgbtqia-em-5-anos-maioria-e-favoravel/>. Acesso em: 01 dez. 2024.
- BUTLER, J. P. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 8 jul. 2024.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.
- COLOMBAROLI, A. C. M.; PRADO, V. R. Gênero, poder e violência: breve ensaio sobre origem e manifestações do poder patriarcal. *Revista Feminismos, [S. l.]*, v. 8, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/37329>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- DE LIMA, E. A sexualidade na psicanálise: reflexões a respeito da dualidade, do gênero e da homofobia. *Revista de Psicanálise da SPPA, [S. l.]*, v. 25, n. 3, p. 569–583, 2018. Disponível em: <https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/386>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- FACCHINI, R. Uma história possível do movimento LGBTI+. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 3, p. 799-825, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000300003>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.
- FREUD, S. A sexualidade na etiologia das neuroses (1898) In: _____. *Primeiras publicações psicanalíticas*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 3. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). *Obras Completas*, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. *Obras Completas*, v. 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FURLANI, J. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

- GESSER, M.; NEVES, D. M.; SCOTTA, A. V. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 7, p. 2787-2796, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.15752018>. Acesso em: 01 dez. 2024.
- GOMES FERREIRA, G. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, [S. l.], v. 20, n. 36, p. 166–178, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/31855>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- GOMES, M. de T. N. O discurso de ódio na clínica psicanalítica. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 472–480, 2021. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/5424>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- GUIMARÃES, D. M. Foucault e Freud: acerca da sexualidade em discurso nos Três Ensaios de Teoria Sexual. 2016. 96f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: https://ppgf.ufba.br/sites/ppgf.ufba.br/files/foucault_e_freud_acerca_da_sexualidade_em_discurso_nos_tres.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.
- INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE E INVESTIMENTO SOCIAL - IRIS. Cartilha INCLUZE - 1ª Edição LGBTQIAPN+. 1. ed. Salvador: IRIS, 2023. Disponível em: <https://institutoiris.org.br/wp-content/uploads/2024/06/Cartilha-IncluZe-Finalizado.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. Vocabulário de psicanálise. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- NATAL, D. G.; HERNÁNDEZ, J. E. Relatório: discurso de ódio e orgulho LGBTQIA+ na conversa digital. LLYC IDEAS, 2023. Disponível em: https://2673737.fs1.hubspotusercontent-na1.net/hubfs/2673737/IDEAS_PLUS/PRIDE_2023/IDEAS_Pride_BR.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.
- OBSERVATÓRIO DE PROJETOS DE LEI. Disponível em: <https://observatoria.org/>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- ROUDINESCO, E. Por que a psicanálise? 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SANTOS, A. B. dos R.; CECCARELLI, P. R. Psicanálise e moral sexual. *Reverso*, Belo Horizonte, vol. 32, n. 59, jun. 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952010000100003. Acesso em: 9 jan. 2024.
- SANTOS, A. S.; RESENDE, A. C. L. DE. A restrição à liberdade de expressão diante dos discursos de ódio e do humor homofóbico contra a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil: o princípio da proporcionalidade. *Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*, v. 22, n. 44, p. 61-77, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/direitoejustica/article/view/772>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- SANTOS, T. C.; SANTOS C. C.; OLIVEIRA F. L. G. Diferença e diversidade sexual na psicanálise, nos costumes e no direito. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, 24(2), 308-332, jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpfa/a/ZVKbqz5P4nqStR9DfjyFBbL/?lang=pt>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- SILVA JÚNIOR, J. dos R.; FARGONI, E. H. E. Bolsonaroismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. *Revista Eletrônica de Educação*, [S. l.], v. 14, p. e4533133, 2020. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4533>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- SILVA, A. L.; MEDEIROS, M. A produção científica LGBTQIAPN+ na Saúde e Sociedade. *Saúde e Sociedade*, v. 33, n. 4, p. 1064-1082, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024000000541>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- TODXS. Disponível em: <https://todxs.org/>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- TORRECILLAS SARTORI, J. E.; MANTOVANI, A. Psicanálise, sexualidade e gênero: a abertura à relativização cultural e o diálogo com a etnopsicanálise. *Saúde & Transformação Social*, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 166–175, 2016. Disponível em: <https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4216/4656>. Acesso em: 9 jan. 2024.